

# FMI deve pedir arrocho fiscal

Da Redação

Com Agência Folha

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega ao Brasil na próxima semana para iniciar a primeira revisão do novo acordo com o Brasil. A questão de receitas e despesas para o ano que vem deverá ser tratada em reuniões com representantes do atual e do futuro governo. Muitos economistas defendem que a meta de superávit primário (receitas superiores às despesas, excetuando gastos com juros) de 2003 seja elevada de 3,75% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB). O objetivo dessa economia maior é garantir que o Brasil poderá pagar todos os juros da dívida pública que vence no ano que vem. Esse pedido deve ser feito pelo FMI.

A equipe técnica do Fundo será chefiada pelo diretor-assistente do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Jorge Marquez Ruarte, que assume as negociações com o Brasil no lugar de Lorenzo Péres. Ainda não foi divulgada a agenda da missão no país, mas a chegada dos técnicos em Brasília está prevista para a próxima terça-feira, quando eles deverão se encontrar com o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Os técnicos deverão ficar no país durante duas semanas.

O governo teria informado ao FMI que o coordenador da equipe petista de transição de governo, Antônio Filió,

vai liderar a equipe de interlocutores do partido para acompanhar as negociações com o fundo. André Singer, porta-voz do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no entanto, disse que ele só tratará do assunto no final de semana. “Tudo o que diz respeito a essa missão será estudado pelo presidente eleito no fim de semana.” É importante a participação de técnicos do futuro governo, pois as metas a serem revistas e negociadas deverão ser cumpridas pela próxima gestão.

O novo acordo, acertado com o Fundo em setembro, disponibilizou ao país um empréstimo de US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 3 bilhões foram sacados quando o acordo foi aprovado. Com a primeira revisão do programa, o governo brasileiro poderá fazer um novo desembolso de US\$ 3 bilhões, em dezembro. Para o próximo ano, restará ao novo governo um crédito de US\$ 24 bilhões, que poderá ser utilizado na medida em que as metas do acordo com o FMI forem sendo cumpridas. A principal meta do acordo com o FMI é a de superávit primário das contas públicas que define quanto o setor público tem que economizar (receitas menores despesas) para pagamento de juros da dívida. A meta acertada prevê um superávit primário de US\$ 41,9 bilhões de janeiro a setembro, já que o acordo, por terminar em dezembro, determina metas até setembro. A meta do país, estabelecida no orçamento da União, é de 3,75% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2003. A expectativa é de que seja exigido do novo governo um esforço fiscal maior. Se cumprir as metas trimestrais, o próximo governo terá a sua disposição as seguintes parcelas de desembolso de recursos do FMI: US\$ 4 bilhões em março; US\$ 8,6 bilhões em junho; US\$ 4 bilhões em agosto; US\$ 7,3 bilhões em novembro. As datas dos saques referem-se ao período em que há revisões do acordo para verificação do cumprimento das metas.